



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

ACTA

No dia trinta de Junho de 2010 teve lugar, nos Paços do Concelho, a primeira reunião do Conselho Municipal de Educação, constituído após as eleições autárquicas de Outubro de 2009, que contou com as presenças constantes do quadro anexo.

A ordem de trabalho teve como pontos:

- 1- Tomada de posse dos membros do Conselho;
- 2- Definição de metodologia para revisão do regimento de funcionamento do Conselho;
- 3- Ratificação do Reajustamento do Plano de Transportes Escolares 2009/10 e Plano de Transportes Escolares 2010/11;
- 4- Avaliação do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular 2009/10;
- 5- Tomada de conhecimento e parecer relativamente à intenção de encerramento de escolas de 1º ciclo do concelho de Évora;
- 6- Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal procedeu à abertura da sessão de trabalho, agradecendo a presença dos conselheiros, congratulando-se pela constituição do conselho e sublinhando as suas expectativas quanto ao trabalho deste órgão em prol do desenvolvimento da educação no concelho de Évora.

Procedeu-se à leitura do documento de tomada de posse, seguida do respectivo acto pelos conselheiros presentes.

São conselheiros do Conselho Municipal de Educação Évora os seguintes elementos:

- Presidente da Assembleia Municipal, Luís Capoulas Santos; Presidente da Câmara Municipal de Évora, José Ernesto de Oliveira; Vereadora do Pelouro da Educação, Cláudia Sousa Pereira; representante da Direcção Regional de Educação, Manuel Cabeça; representante das instituições de ensino superior público, Luís Sebastião; representante do pessoal docente do ensino secundário público, Joaquim Félix; representante do pessoal docente do ensino básico público, Helena Carola; representante do pessoal docente de educação pré-escolar pública, Celeste Almeida; representante dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundários privados, Manuel Alcario; dois representantes das associações de pais e encarregados de educação, Ana Cadete e Sara Martins; representante das associações de estudantes, Raquel Direitinho; representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam actividade na área da educação, Rui Rosado; representante dos serviços públicos de saúde, Rosa Espanca; representante dos serviços da segurança social, João Canha; representante dos serviços de emprego e formação profissional, Luís Miguel Silva; representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto, Maria Gabriela Segurado; dois representantes das forças de segurança, Carla Costa (PSP) e Fernando Martins (GNR); representante dos presidentes de Junta de Freguesia, Silvino Costa e representante do Conselho Municipal de Juventude, Gonçalo Mendes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '2' and a signature that appears to be 'Almeida'.

No que concerne ao ponto dois da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente designou os conselheiros Luis Sebastião e Manuel Cabeça para, conjuntamente com Helena Ferro, da Divisão de Gestão de Equipamento e Acção Educativa da Câmara Municipal de Évora, procederem à revisão e actualização do anterior regimento do conselho municipal de educação, seguindo a seguinte metodologia de trabalho: envio do documento para todos os conselheiros, recolha de contributos, organização dos mesmos e posterior reenvio para apreciação final, a fim de se proceder à sua aprovação na próxima reunião do conselho municipal.

Ficaram firmadas algumas directrizes de funcionamento do órgão: as convocatórias devem seguir com quinze dias de antecedência à data de reunião, acompanhadas dos respectivos documentos de apoio; o e-mail constituirá o meio de comunicação por excelência; as reuniões realizar-se-ão preferencialmente às terças-feiras, a partir das 16H30.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, Helena Ferro informou que os documentos "Reajustamento do Plano de Transportes Escolares 2009/10" e "Plano de Transportes Escolares 2010/11" foram elaborados em consonância com o Decreto-Lei 299/84 de 5 de Setembro e aprovados em reunião Pública de Câmara, durante o período de constituição do Conselho Municipal de Educação, por se tratar de documentos fundamentais ao desenvolvimento de um serviço da área de educação, obrigatório e imprescindível para o acesso ao ensino dos alunos que residam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino da sua área de residência. Estes processos carecem do desenvolvimento de um conjunto de procedimentos, entre os quais os concursos para adjudicação dos circuitos especiais, que obrigatoriamente têm de ser desenvolvidos atempadamente, por forma a garantir o serviço a partir do início de cada ano lectivo. Foi também explicado que será efectuado um Reajustamento ao Plano para o ano lectivo 2010/11 e que este será objecto de exposição e análise pelo conselho, antes de ser apresentado para aprovação em reunião pública de Câmara. O conselheiro João Canha solicitou uma explicação relativa à diferença de alunos contemplados no Plano e, posteriormente, no seu reajustamento. Helena Ferro informou que o Plano é elaborado com base nas previsões das Escolas, tendo como universo todos os potenciais alunos com direito a transporte escolar que o solicitem e se inscrevam na escola da sua área de residência. O reajustamento afere posteriormente a realidade, onde se verifica que muitos destes potenciais alunos acabam por fazer opções, no que concerne ao prosseguimento dos estudos que os excluem dos critérios de atribuição de transporte escolar ou mesmo por não manifestarem interesse pelo apoio. Ambos os documentos foram ratificados pelos conselheiros.

No que se refere ao ponto quatro da ordem de trabalhos, foi apresentado por Sancho Gomes, técnico da Divisão de Gestão de Equipamento e Acção Educativa, responsável pelo desenvolvimento do Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, uma apresentação em *powerpoint*, documento que se anexará a esta acta e dela fará parte, onde constavam os principais elementos do desenvolvimento do programa, nomeadamente taxa de cobertura, oferta de actividades, parcerias, avaliação com identificação de pontos fortes, pontos fracos, constrangimentos e oportunidades e medidas de melhoria e alterações previstas para o próximo ano lectivo. Neste último ponto consta e destaca-se a flexibilização dos horários, a oferta da actividade de língua gestual portuguesa aos alunos do agrupamento de escolas nº 1 de Évora e de



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

HK
3
Câmara Municipal de Évora

expressão dramática aos alunos dos agrupamentos de escolas nº 2, 3 e 4, com o objectivo de aproximar a oferta pedagógica aos projectos educativos dos agrupamentos de escolas.

Helena Carola realçou a importância da articulação entre professores titulares de turma e professores das actividades de enriquecimento curricular, referindo o pouco envolvimento destes últimos na vida da escola. Destacou como positivo o investimento na formação dos professores das actividades de enriquecimento curricular, acrescentando que também é necessário investir na formação dos professores titulares, no sentido destes melhor conhecerem a função pedagógica das actividades para poderem dar mais importância ao seu desenvolvimento. Deixou como sugestão a articulação vertical ser consubstanciada através dos coordenadores das áreas disciplinares.

Rosa Espanca interveio para realçar o seu conhecimento do desenvolvimento do programa no terreno, dando destaque ao bom trabalho de envolvimento na comunidade escolar nas escolas do Baeço e da Horta das Figueiras.

Rui Rosado iniciou a sua intervenção realçando a qualidade da apresentação. Referiu que a abordagem ao programa deve assentar na promoção do trabalho comunidade, família e instituições, com enfoque nas mais valias sociais e pedagógicas para as crianças. Concluiu que a evolução do programa depende da integração efectiva dos pais, encarregados de educação e comunidade.

Joaquim Félix referiu que o programa tem vindo a consolidar melhorias ao longo dos anos. A evolução do mesmo passa pela sua afirmação como “complemento do currículo”, pela intencionalidade da gestão harmoniosa deste, assente na articulação entre professores titulares e professores das actividades de enriquecimento curricular, para que o programa ganhe sentido para as crianças. O passo seguinte será o da ligação com o segundo ciclo: têm de ser conhecidas e reconhecidas, no segundo ciclo, as aprendizagens proporcionadas pelas actividades de enriquecimento curricular.

Manuel Cabeça cumprimentou a autarquia pela exposição clara e objectiva do desenvolvimento e avaliação do programa. Realçou a oferta diversificada e plural e sua interligação com os projectos educativos dos agrupamentos de escolas e as parcerias activas com a sociedade civil. Acrescentou que o desafio está na integração e articulação curricular e no equilíbrio entre o complemento curricular e o lúdico.

Ana Cadete referiu a necessidade de um maior envolvimento dos pais, deixando como sugestão que se convidem os pais e encarregados de educação a participarem nas sessões de actividades de enriquecimento curricular.

Luís Sebastião felicitou a câmara municipal pelo esforço que tem desenvolvido para qualificar a implementação das actividades de enriquecimento curricular. Sustentou que os desafios devem ser ousados e inovadores e que o actual programa estende perigosamente o currículo, não dando oportunidade às crianças de brincarem nas escolas. Tendo em consideração que a escola a tempo inteiro é condição de funcionamento da sociedade, refere que o enriquecimento deve ocorrer no espaço do currículo para, mais tarde, as crianças poderem brincar “com rede”, sendo que os professores das actividades de enriquecimento curricular fazem parte integrante do grupo de formadores das escolas e a escola é entendida como o centro de gestão do projecto educativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 4 and a signature that appears to be "C. Pereira".

João Canha referiu como positiva a avaliação que está a ser realizada pela Universidade de Évora, acrescentado que é fundamental conhecer, entre outros aspectos, a satisfação dos pais e encarregados de educação. Continuou referindo que o enriquecimento curricular passa pela esfera da educação não formal: tempos de actividades orientados para os grandes princípios da vida, para a formação pessoal e social, assente no lúdico, no espontâneo e na diversidade e estimulando a participação activa. Como sugestão aponta que o programa deveria ser organizado em torno de ideias força, como por exemplo a problemática do combate à pobreza e exclusão social, no ano europeu dedicado a este tema, na dinâmica intergeracional, defendendo ainda a existência de momentos de entrega à sociedade, ou seja, mostragem comunitária do que é desenvolvido. Concluiu referindo que é necessário conhecer a comunidade para se conhecer melhor a si próprio, sendo este um princípio no qual deve assentar o programa.

Rui Rosado defendeu que a escola é sempre um espaço lúdico, e enfatizou as potencialidades educadoras da cidade, referindo a título de exemplo que as deambulações organizadas pela cidade e pelo bairro constituem momentos de enriquecimento pessoal e social. Acrescentou ainda que a comunidade pode e deve ajudar a ocupar as crianças, referindo o papel activo que as pessoas desempregadas voluntárias /aposentadas podem desempenhar.

Manuel Cabeça encerrou o debate comunicando que o Ministério de Educação está a proceder à revisão do currículo do ensino básico, apostando numa maior flexibilização e responsabilização dos seus actores. Deixou o desafio à Câmara de Évora para esta criar um projecto educativo de âmbito municipal que defina objectivos de actuação, promova a rentabilização de recursos, que enquadre e integre os projectos educativos dos agrupamentos e escolas num todo colectivo de intervenção concelhia.

O Senhor Presidente da Câmara informou no final deste ponto que, por questões de agenda, iria ausentar-se da reunião, deixando a condução e presidência da mesma à Sr^a Vereadora Cláudia Sousa Pereira.

A Vereadora Cláudia Sousa Pereira passou à abordagem do ponto 5 da ordem de trabalhos, descrevendo o historial do processo referente ao encerramento de escolas no concelho. Informou que as Escolas de primeiro ciclo da Boa Fé e Água de Lupe foram indicadas pela Direcção Regional de Educação para encerramento. Esta comunicação decorreu em Maio e imediatamente a Câmara realizou reuniões com os presidentes das Juntas de Freguesia implicadas com a presença da directora do agrupamento e da Direcção Regional de Educação. Desde o início que se assistiu a uma resistência ao encerramento, sobretudo por parte da Junta e pais da freguesia da N^a Senhora da Boa Fé. O assunto foi posteriormente objecto de análise e debate em sede de reunião pública de câmara, tendo conduzido à apresentação de uma moção que foi levada aos órgãos competentes, nomeadamente à Senhora Ministra da Educação. A senhora Vereadora procedeu seguidamente à leitura da referida moção.

A Vereadora Cláudia Sousa Pereira retomou o assunto, apresentando sinteticamente os conteúdos da Resolução do Conselho de Ministros 44/2010, de 14 de Junho, e o Protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação sobre a reorganização da rede escolar, defendendo que o Conselho Municipal de Educação deveria elaborar um parecer que reflectisse a sua posição sobre o encerramento de escolas, consubstanciado no crescimento dos indivíduos mas também no crescimento territorial.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

MR
5
4
di
afund

Manuel Cabeça pediu a palavra, pois por questões de compromissos já assumidos teria que se ausentar. Referiu a propósito do assunto que o reordenamento das escolas de pequenas dimensões se perspectivava para estruturas com menos de onze alunos, nunca tendo sido considerada, no concelho ou no Alentejo, a situação de escolas com menos de vinte e um alunos. A Direcção Regional de Educação do Alentejo sempre se mostrou disponível para, conjuntamente com autarquia e agrupamento, analisar a situação de cada escola em particular, tendo em conta critérios como a distância, as diferenças de condições entre a escola de origem e a de acolhimento, a existência ou não de oferta de pré-escolar e a existência de condições de espaços de apoio. Referiu ainda que o processo não foi precipitado; o mesmo iniciou-se em Maio, por questões que se prendem com o início do ano lectivo, não constituindo um facto consumado mas antes uma orientação estratégica, que, no caso de Évora, está a ser repensada, no caso concreto da escola da Boa Fé. Referiu ainda que se mantém a orientação dada para encerramento da escola de Água de Lupe por esta não apresentar as condições mínimas de funcionamento. Informou ainda que não há uma lista oficial ou oficiosa para encerramento de escolas, referindo também que a Resolução de Conselho de Ministros não possui força de lei, ou seja, a definição de números não é taxativa.

Joaquim Félix, sobre o assunto, referiu que não é em Maio que se inicia a discussão deste assunto, seria sim em Novembro ou Dezembro do ano anterior, pois não é admissível que a trinta de Junho ainda não se encontre estabelecida a rede escolar para o próximo ano lectivo. Referiu ainda que desde 1988 que estas questões são discutidas, pois pedagogicamente não é aconselhável trabalhar simultaneamente com quatro anos de escolaridade. Acrescentou por fim que nenhuma escola deveria funcionar com menos de dois professores.

A Vereadora da Educação procedeu então à leitura da proposta de parecer que havia elaborado para ser analisada, discutida e assumida pelo Conselho se recolhesse concordância da maioria dos seus elementos. O referido documento constituirá parte integrante da presente acta.

Luís Sebastião referiu que se trata de um documento prudente, concordando com o critério pedagógico da existência de três alunos por nível de escolaridade. Defendeu ainda que abaixo dos dez alunos é difícil aplicar o conceito de "comunidade", contudo, entre dez e vinte e um alunos está-se perante uma comunidade e interdita-la significa afastar a possibilidade de existência de experiências de viver em ambiente rural. Acrescentou ainda que estes ambientes, por si, constituem espaços por excelência de educação não formal. Como desafio aponta a possibilidade de estimular os pais da cidade a colocarem os seus filhos a estudar nas aldeias.

Helena Carola referiu a importância de ouvir os pais na tomada de decisão, pois a integração de crianças tão jovens na cidade necessita de ser bem pensada e planeada. Acrescentou que as escolas reúnem condições para serem instrumentos de desenvolvimento e que acabar com estas estruturas é condicionar o desenvolvimento do mundo rural.

Rui Rosado referiu a qualidade do trabalho efectuado pela Senhora Vereadora, revelando a sua concordância em relação ao parecer. Referiu que o encerramento de uma escola numa freguesia levanta questões que o preocupam e aos demais elementos das instituições particulares de solidariedade social, que previamente consultou, nomeadamente o tempo de deslocação dessas crianças para a escola de acolhimento, o menor tempo com a família, a questão do sucesso escolar, sublinhando que é fundamental que as pequenas comunidades sobrevivam. Acrescentou que a existência de uma escola é espólio pólo de captação de famílias para a



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

W 6
J. Félix
colaboração
H.

freguesia. Concluiu referindo que cada freguesia deve lutar para ter dinâmica própria e vida comunitária, num apelo constante à cidadania comunitária e participativa.

Joaquim Félix sugeriu que se acrescentasse ao parecer a participação de um elemento do agrupamento na comissão de trabalho proposta, sugestão que mereceu a concordância de todos os presentes.

João Canha enfatizou a riqueza da discussão e dos contributos colhidos, acrescentando que o trabalho a realizar vai no sentido de promover o desenvolvimento da escola e de encontrar estratégias que permitam reflectir a vida da escola no desenvolvimento da comunidade. Transportar as crianças para a cidade não devolve às aldeias a alegria da sua participação. A escola deve ter na sua matriz genética o objectivo de gerar influxos positivos na comunidade, deve promover projectos que permitam às crianças interessarem-se pelas aldeias onde vivem, sendo importante que a vida enriquecida das crianças pelo processo pedagógico seja partilhada com a comunidade.

Rui Rosado avançou com a ideia de que cada freguesia deveria ter um censo de crianças residentes, as famílias deveriam ser incentivadas a inscrever as crianças na escola da residência e que as escolas poderiam ser partilhadas por proximidade, onde cada uma assumiria um papel de especialidade, que a caracterizaria como única e uma mais valia para as outras.

A Vereadora da educação acrescentou a este propósito que a câmara pretende desenvolver iniciativas para jovens, nomeadamente campos de férias que promovam o conhecimento das aldeias do concelho.

Por último, foi colocado a votação o parecer, que foi aprovado por unanimidade pelos doze conselheiros presentes.

No que concerne ao último ponto, "outros assuntos", Rui Rosado referiu a importância de existir um pré-agendamento dos "outros assuntos", por forma a tornar mais eficaz a análise dos mesmos e, no seu caso específico, a consulta aos representantes das IPSS. Referiu ainda que no regimento deve constar a duração das reuniões, propondo que se balize pelas duas horas, com possibilidade de trinta minutos de extensão, caso os presentes concordem.

João Canha propôs o agendamento de reuniões extraordinárias ou conselhos temáticos: sobre o balanço do sucesso escolar e os meios e estratégias encontrados pelos diferentes agrupamentos e escolas para o alcançar; sobre intervenção precoce e outro destinado à apresentação do programa PIEC e o trabalho desenvolvido com as turmas PIEF. A proposta foi aceite pelos conselheiros presentes.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Eléonore Louise Pereira
AP [Signature]

Demando Faria
Celeste Almeida
[Signature]

Maria Rosa Espino
João [Signature]